

## Nunca visto nem ouvido

Bem-vindos. Bem-vindos os que, entre vocês, aproximam-se pela primeira vez do Instituto Clínico de Buenos Aires, e bem-vindos também os que estiveram aqui ano passado.

Este é um curso propedêutico sobre os fundamentos da psicanálise. *Fundamento* é uma palavra com significados muito diferentes. Em linhas gerais, refere-se aos alicerces de um edifício, de onde decorre a expressão “foi posta a pedra fundamental”. É o assentamento. Por metonímia, fundamento nomeia também a parte do corpo com a qual alguém normalmente se senta: o assento.

São fundamentos porque sustentam o edifício. Neste caso, sustentam o edifício conceitual e não são contingentes. A idéia é que não se pode retirá-los, não se pode quebrá-los, sem que se comprometa todo o edifício.

Quando temos um certo percurso e já escutamos algo de ensino de Lacan, estamos acostumados a igualar esses fundamentos àqueles apresentados em *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Tentarei demonstrar – creio ser factível – que os quatro conceitos desse seminário não esgotam os fundamentos da psicanálise. A eles podem ser somados outros.

A proposta deste ano é acrescentar aos conceitos fundamentais o conceito de ato, mais especificamente, o conceito de *ato psicanalítico*, o que nos faz tomar como referência “O Seminário, livro 15: o ato psicanalítico” (1967-8).

As versões desse seminário não estão estabelecidas. Acompanharemos sua leitura não exaustiva com a pequena compilação intitulada “Resenhas de ensino”. Não sei se vocês sabem de onde ela vem. Naquela época, como Lacan dava seus seminários na Escola Normal Superior,

ao fim de cada ano as autoridades lhe pediam que fizesse um pequeno resumo do que havia trabalhado.

Como não foram publicadas, essas resenhas só se tornaram conhecidas muito tempo depois da morte de Lacan. Faziam parte dos arquivos existentes nas instituições. A primeira delas a aparecer em uma caixa correspondia a *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-60). Era muito maior que o que se poderia esperar de uma resenha, incompleta, com partes manuscritas. Foi quando se iniciou a procura dos resumos de outros seminários, que, achados, passaram a constituir as resenhas compiladas em “Resenhas de ensino”.

A resenha correspondente ao décimo quinto seminário é a última escrita por Lacan. Tem a vantagem de ser um escrito, ou seja, não contém os vaivéns característicos do discurso falado: é o que resta, o concentrado de seu próprio seminário. Sendo um escrito, seu defeito é uma leitura notavelmente mais complicada que a leitura do próprio seminário. Mas há também a virtude de ter sido escrita um ano depois, quando a perspectiva de Lacan sobre o assunto já era um pouco diferente. É a essa referência fundamental que recorreremos.

Esse curso, tal como os demais propedêuticos, está dividido em duas instâncias que não se superpõem. De um lado, há reuniões coletivas como esta, que chamei, retomando uma antiga nomenclatura utilizada em algum momento no Campo freudiano, *argumento*. Proponho-me a, nestas reuniões, desenvolver o argumento de “O Seminário, livro 15” em sua máxima extensão.

Valendo-nos de um termo da Economia, podemos dizer que é uma perspectiva “macro” sobre o seminário, por meio da qual utilizarei o método de sempre procurar situar o problema a que Lacan responde: para que disse isto, de onde tirou aquilo? Trata-se, portanto, de tentar encontrar a lógica à qual o texto responde com esta direção: a que problema está respondendo?

Nas oficinas, em contrapartida, vocês não farão um trabalho “macro”, e sim “micro”, detalhado. De todos os temas abarcados pelo seminário será escolhido um. Por exemplo, o *acting out*, a angústia,

a transferência ou o tempo lógico, procurando-se explorá-lo com a máxima profundidade, e certamente indo além do próprio curso.

Cada oficina está sob a responsabilidade de dois colaboradores docentes, que escolheram um tema de acordo com seu interesse. Vou nomeá-los para os que não os conhecem: Marcelo Barros, Eduardo Benito, Vibiana Cammilli, Raúl Carmona, Alejandra Eidelberg, Alberto Grünfeld, Graciela López, Maria Inés Meinet Pallares, Fabián Napaestek, Alicia Pico, Alberto Saúl e Alicia Yacoi.

Assim, cada oficina tem um tema, um percurso e uma bibliografia distintos. Sugiro que sigam a mesma lógica e se inscrevam onde mais lhes interessar: a única limitação existente é a espacial. A dinâmica será esta: após as duas primeiras aulas, a alternância será uma oficina, uma aula teórica.

Retomemos a questão à qual “O Seminário, livro 15” responde. Há maneiras diferentes de formular um problema para encontrar sua solução. Há a maneira convencional, na qual temos os dados:  $4 + 4$ . Isso não é muito complicado. Uma vez apresentados os dados, trata-se de encontrar a solução. Nesse caso, a incógnita se escreve depois do signo igual:  $4 + 4 = x$ , problema cuja resposta é:  $x = 8$ .

Outra maneira de lidar com uma operação ocorre quando, em uma equação, a incógnita está em outro lugar. Por exemplo,  $4 + x = 8$ . Essa é uma forma de apresentar o problema em que a solução é conhecida, mas ignora-se um dos dados que permitiram chegar ao resultado. As respostas são variadas porque a incógnita pode ser isolada como:  $x = 4$ ;  $x = 2^2$ ;  $x = \sqrt{16}$

Estas três possibilidades exigem trabalhos totalmente distintos. O trabalho imposto pelos seminários de Lacan é desse tipo, uma vez que não desenvolve todos os dados do problema: dá a solução, mas a incógnita – que responde a toda a construção feita – deve ser isolada para se obter o dado que falta.

O resultado, em nosso caso, é o “O Seminário, livro 15” e a pergunta “a troca de quê”? Poderíamos simplesmente dizer que trabalhar esse tema foi um acaso ou que este lhe apareceu em algum

sonho. Assim, perguntar “por que o ato” exige situar o seminário aula por aula, e tentarei respondê-lo nas três direções: quatro, dois ao quadrado ou raiz quadrada de 16.

### **Primeira direção em “O Seminário, livro 15”**

Partamos da surpresa, do inesperado. Em 10 de junho de 1969, cerca de dois anos após o seminário oral, Lacan escreve: “Nunca visto, nem ouvido, a não ser por nós, isto é, nunca assinalado e menos ainda questionado: o ato analítico [...]”. Por que dar ao conceito de ato um caráter tão novidadeiro ou despercebido – “nunca visto, nem ouvido” –, quando a tradição psicanalítica jamais descuidou da dimensão do ato? O próprio Freud põe o ato, tanto no começo quanto em meados de seu ensino, em um lugar primordial.

Orientemo-nos inicialmente pela obra freudiana. O tema do ato está presente em Freud e tem duas grandes entradas. A primeira está situada no começo de seu ensino, em “A psicopatologia da vida cotidiana”, de 1901. É um grande escrito sobre o ato, que pode ser posto na mesma série de outras formações do inconsciente, ou seja, em série com “A interpretação dos sonhos” (1900) e “Os chistes e sua relação com o inconsciente” (1905), três textos que compõem a primeira tópica de Freud e a grande novidade que traz ao mundo: a idéia de que o inconsciente é interpretável, não se manifesta a céu aberto a não ser em seus retornos, em suas formações, sendo por meio desses que se pode explicitar a hipótese do inconsciente.

Assim, é na perspectiva do ato falho ou do ato sintomático que o ato surge na psicanálise freudiana. “A psicopatologia da vida cotidiana” é uma grande classificação – não inteiramente segura – dos atos. Freud é guiado pela idéia de que os atos não são inocentes, não são meros movimentos e têm uma significação. Essa é a porta pela qual o ato entra na psicanálise. A partir de então, ninguém pode mais dizer que tomou um ônibus errado para ir à sua sessão porque dormiu pouco e estava cansado; ou que pega sua chave de casa ao

chegar ao consultório do analista por hábito. Todos esses atos são interpretáveis, do mesmo modo que um sonho.

Atualmente, está mais na moda ler “O Seminário, livro 24: l’insu que sait de l’une-bévue s’aile à mourre” (1976-7), de Lacan, no qual se supõe estar a pedra filosofal da psicanálise, que “A psicopatologia da vida cotidiana”. Convém, contudo, desfrutar da leitura desse texto freudiano que muito nos ensina – dimensões, aliás, em estreita ligação, pois só aprendemos quando desfrutamos. O capítulo intitulado “Erros”, por exemplo, é a referência de Lacan na primeira lição de “O Seminário, livro 15”. Nela, podemos ver como Freud interpreta a confusão entre os nomes Aníbal e Asdrúbal em “A interpretação dos sonhos”, ou por que confunde uma cidade com outra. Também podemos encontrar algumas linhas em que Freud explica de que maneira a peculiaridade da língua favorece esses erros, indicando o que sempre interessou Lacan: as coordenadas simbólicas da linguagem que devem ser procuradas por trás de todo ato.

Passemos a 1912. “Recordar, repetir e elaborar” é a segunda grande entrada para a questão do ato no ensino de Freud. Nesse texto, há uma mudança de perspectiva. Freud não se contradiz, mas é importante reconhecer que ele aborda o ato de outro lugar, baseando-se no que se opõe à rememoração. Ele introduz a famosa expressão *agieren*, termo traduzido em inglês por Strachey como *acting out*. *Agieren* provém do latim *agere*: ato, atuação, ativo, atividade, ator, atriz. A mesma raiz abarca essas diferentes modalidades do ato. Quando Freud o trabalha em “Recordar, repetir e elaborar”, não o faz como o ato interpretável, mas sim como o ato que se opõe à rememoração que desembocaria na interpretação. Em outros termos, situa no ato algo contrário à lógica do inconsciente, uma vez que o inconsciente tem uma maneira de repetir-se e o ato, outra. Lacan aborda essas duas formas da repetição em *O Seminário, livro 11*, ao estabelecer a diferença entre *tykhé* e *automaton*.

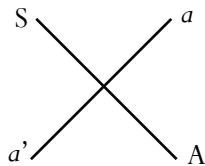
Essas são, portanto, as duas grandes perspectivas de Freud sobre o ato: na condição de interpretável, remete a “A psicopatologia da

vida cotidiana”; como o que se opõe ao inconsciente, a “Recordar, repetir e elaborar”. Nas duas primeiras lições de “O Seminário, livro 15”, Lacan desenvolve esse tema muito lentamente.

O que leva Lacan a dizer: “Nunca visto, nem ouvido, a não ser por nós”? Evidentemente, devemos nos orientar para entender o que está dizendo, em seu estilo, sem dar as coordenadas. Para Lacan, a prática de Freud não era uma prática conforme o ato analítico. E se vocês querem uma prova de que não o afirmo em razão de minha maneira de situar Lacan em relação a Freud, leiam a página 52 de *O Seminário, livro 11*, na qual Lacan diz que nem Freud, nem nenhum de seus epígonos deu o valor que convinha ao conceito de ato<sup>1</sup>.

### Segunda direção em “O Seminário, livro 15”

A segunda direção se refere não a Freud, mas sim à localização desse seminário no ensino de Lacan. O conceito de ato tem seus antecedentes, por exemplo, no conceito de *relação analítica*. É assim que Lacan se expressa no começo de seu ensino, quando a idéia de relação analítica supõe o esquema com o qual ele a aborda: o esquema Z.



O lugar do analista tem de estar no eixo S – A ou no eixo a – a’? Você conhecem a resposta. Não pode estar no eixo a – a’ porque desse modo a relação analítica se degradaria na especularidade. A boa posição do analista é no lugar do Outro, em A. Quando, posteriormente, o Outro for barrado, essa localização mudará.

<sup>1</sup> N. do E. “É bastante curioso que nem Freud, nem nenhum de seus epígonos jamais tenha tentado rememorar-se do que está, no entanto, ao alcance de todo mundo no que diz respeito ao ato – acrescentemos humano, se quiserem, pois de nosso conhecimento não há ato senão de homem”.

Essa concepção acompanha o ensino de Lacan até “O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação” (1958-59), inclusive. São os dois momentos em que Lacan teoriza – seguindo a primeira tópica de Freud e trabalhando o chiste, o ato falho e a psicopatologia da vida cotidiana – a primazia do simbólico e as formações do inconsciente. O *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-60) introduz a Coisa, algo que não se extrai dos textos da primeira tópica e faz com que Lacan se dirija, por exemplo, a “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895.

Em *O Seminário, livro 8: a transferência* (1960-1), ocorre a primeira transformação na concepção da relação analítica. Lacan situa a Coisa no consultório. Como? Surge a idéia de *agalma*, ou seja, a coisa preciosa que está oculta, encoberta por roupagens. Esse núcleo é o tesouro. A relação analítica começa a ser pensada em termos do analista e da Coisa: o analista encarnando não o Outro (A), mas a Coisa, o *agalma*, o que logo se tornará o objeto *a*.

Pode-se ver então que a idéia de relação analítica vai caindo, acompanhada pela queda do analista do lugar do Outro. A partir do momento em que a dialética da Coisa entra no consultório, onde ela está? Do lado do analisante ou do lado do analista? Onde está o peso da Coisa, peso que o Outro e sua interpretação não têm?

“O Seminário, livro 9: a identificação” (1961-2) e “O Seminário, livro 10: a angústia” (1962-3) seguem as conseqüências dessa transformação. No primeiro, vêem-se as conseqüências do lado do sujeito, isto é, como a introdução do conceito de *das Ding* redefine o próprio estatuto do sujeito. No segundo, encontram-se as conseqüências do lado do objeto e dos efeitos subjetivos da Coisa, ou seja, a angústia. É nessa dialética que se chega a “O Seminário, livro 15”, dando novas voltas sobre a mesma questão.

*O Seminário, livro 11* marca o começo da ruptura de Lacan com Freud. Cabe reconhecer que nesse seminário Lacan questiona radicalmente Freud não apenas segundo a perspectiva da instituição analítica, mas também conforme a organização da própria experiência analítica,

uma vez que Freud – se seguimos a lógica desse seminário – não dá ao objeto *a* o lugar que lhe cabe na direção do tratamento.

Em o *Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud* (1953-4), Lacan fala de *acting out* e diz que se trata “de encontrar em um ato seu sentido de fala”. É exatamente a tessitura de Freud em “A psicopatologia da vida cotidiana”: um ato vale o mesmo que uma palavra. Para Lacan: “[...] encontrar em um ato seu sentido de fala, já que se trata, para o sujeito, de se fazer reconhecer. Um ato é uma fala”. Há uma equivalência total entre ato e fala na perspectiva segundo a qual a palavra busca o reconhecimento do Outro. Por exemplo, quando digo “Você é meu aluno”, é para que do outro lado esteja “Você é meu professor”. Trata-se da fala não em uma função de comunicação, mas sim em sua função de situar quem fala, situar o lugar de quem profere a fala.

Em termos lingüísticos, o emissor recebe do receptor sua própria mensagem invertida, mas antes disso já há a fala como busca de reconhecimento e o Outro como testemunho. É a perspectiva de que, se o analista não reconhece a fala verdadeira, uma análise não chega ao seu fim.

O que se deve obter no ensino de Lacan para chegarmos à idéia de ato analítico? Evidentemente, é preciso separar-se dessa concepção de ato. Quais os passos que faltam?

Em primeiro lugar, deve-se demonstrar a inconsistência do Outro, isto é, do Outro não se pode esperar nem o reconhecimento, nem a função de testemunho, ou mesmo a fala que reconhece a palavra verdadeira. Demonstrar que, na experiência analítica, ativo é o objeto *a*, que o conceito de sujeito não é exatamente equiparável ao sujeito do inconsciente e que a análise, pela via do inconsciente, é uma análise infinita. Deve-se passar por todas essas demonstrações para que se depreenda o percurso completo do arco em que, posteriormente, entraremos passo a passo.

O que distingue um ato de uma ação? A resposta de Freud é a que Lacan dá em *O Seminário, livro 1*: um ato não é equiparável a uma



ação porque as coordenadas do ato são coordenadas simbólicas, ou seja, o ato é significativo, significa, é interpretável. Ao ler a primeira lição desse seminário, vocês vêem a discussão de Lacan com Pavlov e seu cachorro para explicar o conceito de ato reflexo.

Certamente vocês conhecem como Lacan repetidamente exemplifica o que seria um ato: o momento em que César atravessa o Rubicão. O Campo freudiano deveria organizar uma excursão para ver o Rubicão. Nenhuma empresa de turismo italiana teve essa idéia, mas com certeza é um bom negócio, com a condição de que seja acompanhada de um bom guia. Porque salta-se por cima do Rubicão como se pula um córrego. Não creiam que saltar por cima do Rubicão é algo semelhante à travessia dos Andes feita por San Martín, uma epopéia, dias de fome, neve etc. Nada disso, não é necessário nenhum esforço físico para atravessar o Rubicão, basta um salto.

Por isso, o que é o ato? Não há nenhuma ação grandiosa em César que permita dizer que ele passou para a história por causa dela. Trata-se simplesmente do fato de que o Rubicão demarcava o limite que não podia ser atravessado pelo exército da República, isto é, não se podia entrar no que se chamava a Itália propriamente dita. Quem ultrapassava esse limite passava automaticamente para a categoria de inimigo. César, então, desafia as leis da República, indo além das coordenadas simbólicas que regiam as leis da época. De fato, antes de atravessar o Rubicão, César era um soldado da República; depois, tornou-se um rebelde. Não é mais o mesmo. E certamente isso tem muitas conseqüências em sua vida: passa de general da República para rebelde.

Pois bem, esse é o exemplo utilizado por Lacan para explicar que um ato se mede pelas coordenadas simbólicas, não representa nenhuma ação, nenhum gasto físico. Entende-se, contudo, que, para ultrapassar das leis, devemos tê-las no horizonte, devemos situar o Outro e ir além dele. Isso permite pressupor que o Outro sempre acompanha a dimensão do ato, precisamente para que se vá além dele. Não há ato sem o Outro. O exemplo de César o mostra.

Deve-se traçar o limite, para se ver depois como retraçá-lo. É preciso a lei simbólica para que se possa ver como transgredi-la, como ultrapassá-la. Não há ato de outra forma.

Visto isso, deve-se entender a afirmação de Lacan, a partir de “O Seminário, livro 15”, de que o ato é *sem* Outro. Trata-se de uma dupla surpresa: o ato é sem Outro e também sem sujeito, pois no momento do ato não há sujeito. Não há Outro, nem sujeito. Isso define o ato como ato analítico, porém pensar a relação analítica nesses termos não é algo fácil.

Teremos de demonstrá-lo, visto que não há nada evidente aqui. Se seguimos o raciocínio “macro”, entendemos que Lacan diz que o ato está do lado do analista. Assim se compreende um pouco mais, pois dizer que no ato não há Outro nem sujeito não quer dizer que, para o analisante, não haja Outro nem sujeito, mas apenas que o ato corresponde ao analista. É para o analista que o ato não tem Outro nem sujeito. Isso certamente corresponderia à pureza do ato. A supervisão é uma prática que serve, no que concerne ao analista, para dar-se conta de que maneira há Outro e há sujeito, e de como isso dificulta a condução do tratamento.

Se pensamos no Rubicão, vemos que o ato tem a ver com o corte que instala um antes e um depois. Ele tem uma ligação estreita e estrutural com a questão da temporalidade, pois não se passa a vida fazendo um ato. Um ato é um instante, é o momento em que se salta. Sua temporalidade é a de um instante, precisamente o que o neurótico não consegue. O neurótico, sobretudo o obsessivo, considera que o “bom momento” jamais chega: a água está fria, molha os sapatos, melhor esperar a primavera porque o tempo será mais bonito, melhor pedir permissão, o que me dirão depois, já fiz uma vez e não deu em nada, enfim...

O que é a neurose? É o relato da negação do ato. E podemos fazer o esforço – ele será feito em algumas oficinas – de situar como a questão se verifica não apenas na obsessão, em que é cintilante, mas também na histeria e na fobia.

[CONTINUA...]